

O CRIAM de Volta Redonda e o Projeto RIO Primeiros Passos: Luta e Resistência em Defesa da Infância e Juventude

Erlon Couto Zacarias ¹

RESUMO

Em 1988 a Fundação Nacional de Bem Estar do Menor inicia o Projeto de Descentralização do Atendimento a Menores no Rio de Janeiro transferindo para o Governo do Estado do Rio de Janeiro parte de suas atribuições institucionais. Na vanguarda deste projeto estavam os “Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor”, que surgem concomitantemente com a Constituição de 1988 e a ‘evolução na garantia de direitos da infância e juventude no Brasil da Nova República’. No sul fluminense o CRIAM de Volta Redonda integra o Projeto Rio e consolida a efetivação das medidas socioeducativas de semiliberdade e liberdade assistida no centro-sul fluminense, além de dinamizarem a fundação dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares de sua área de abrangência. Neste contexto este artigo explora de maneira breve e objetiva as diretrizes teóricas para a implementação do Projeto Rio e a trajetória institucional do CRIAM Volta Redonda em seus cinco primeiros anos de fundação a luz da geopolítica internacional e dos ditames neoliberais concernentes à década de 1990.

INTRODUÇÃO

Um novo paradigma para a infância e juventude no Brasil nasce em mundo conturbado por mudanças geopolíticas significativas que iriam orientar o perfil do Estado Brasileiro para as vertentes neoliberais.

A queda do Muro de Berlim (1989), o desmantelamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1991), o fim da Guerra Fria e a hegemonia estadunidense no planeta enquanto superpotência militar abriu caminho para a filosofia neoliberal, que reordenava as economias periféricas geopoliticamente controladas pelos EUA, aplicando o receituário do Estado Mínimo do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

Com a promulgação do Estatuto da Criança e Adolescente, lei 8.069 de 1990, que inaugura a doutrina de proteção integral a FUNABEM é extinta no marco legislativo daquele que seria um dos códigos mais avançados de proteção à infância

¹ Graduado em Estudos Sociais; Operador do Sistema Socioeducativo desde 1994; Ex-Diretor do CRIAAD Barra Mansa; Membro da Coordenação Regional Socioeducativa do Sul Fluminense e Costa Verde; Professor de História e Geografia

e juventude no mundo. A partir da década de 1990 a política neoliberal do Governo Collor, avançava coerente na reformulação do Estado brasileiro, com a política de privatizações e estruturação do chamado Estado Mínimo colocando a prova à sustentação do Projeto Rio e a consolidação dos CRIAM's².

No final da década de 1980 a FUNABEM inicia a aplicação do Projeto de Descentralização do Atendimento a Menores no Rio de Janeiro, uma iniciativa que transferia para os municípios e o Governo do Estado do Rio de Janeiro parte deste atendimento.

Na vanguarda desta política estavam os “Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor”, que a FUNABEM implantaria na capital, na região metropolitana e em dez municípios do interior fluminense, somando-se ao todo quinze instituições.

FUNABEM: Novas Diretrizes para um fim anunciado. A Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

“Eu estava sobre uma colina e vi o Velho se aproximando, mas ele vinha como se fosse o Novo. Ele se arrastava em novas muletas, que ninguém antes havia visto, e exalava novos odores de putrefação, que ninguém antes havia cheirado. “(...)”³

As novas orientações técnicas que iriam nortear a política da FUNABEM⁴, no chamado biênio, 1987-1989, estão documentadas em cadernos técnicos-administrativos, que subsidiam estas nossas primeiras análises, como fontes primárias de pesquisa, a exemplo do caderno denominado *Compromisso Político e Diretrizes Técnicas* que resumidamente apresentava uma leitura crítica da instituição e apontava seus novos rumos para o próximo período.

Dentre os aspectos críticos destacados estavam à centralização dos investimentos da instituição no Rio de Janeiro, fazendo com que a FUNABEM ainda fosse entendida como uma instituição regionalizada, sem um programa nacional para política de bem estar do menor, apesar de suas diretrizes técnicas serem orientadas pelo PNBEM. Dentre esses problemas o documento relata:

A FUNABEM teve sua missão histórica marcada pelo descompasso e pela falta de organicidade da ação governamental como um todo (...) sofre, na prática dos males tradicionais da administração pública brasileira: centralização excessiva, ênfase no controle da sociedade pelo Estado, burocratismo dispendioso, clientelismo político, baixa remuneração dos servidores, baixo investimento em recursos humanos.⁵

2 CRIAM é a nomenclatura utilizada para denominação das Unidades de Semiliberdade do Sistema Socioeducativo. Em 07/08/09 foi publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro o Decreto 41.983/2009, alterando a sigla CRIAM para CRIAAD (Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente). Será mantido a denominação CRIAM pois o marco temporal deste estudo é de 1988 à 2008.

3 BRECHT, Eugen Berthold Friedrich. “A parada do Velho Novo”. Poemas (1913-1956). São Paulo: Editora 34. 2003.

4 A Lei Federal 4.513 de 01/12/1964 criou a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor - FUNABEM - em substituição e antítese ao Serviço de Assistência ao Menor - SAM. À FUNABEM competia formular e implantar a Política Nacional do Bem Estar do Menor em todo o território nacional através das Fundações Estaduais do Bem Estar do Menor.

5 FUNABEM (Compromisso Político e Diretrizes Técnicas) 1987/1989. Brasília: Coordenadoria de Comunicação. Março de 1987.

A efetivação de um plano nacional para atender as crianças e adolescentes marginalizados do Brasil, correspondia à ostentação chauvinista dos governos da ditadura militar que propagandeavam um país grande, em desenvolvimento, com faraônicos projetos e obras, consonante com a sua dimensão geográfica e a ambição nacional-desenvolvimentista, que se limitava prioritariamente a região sudeste e suas principais metrópoles.

Sob a vigência do AI-5 e da Lei de Segurança Nacional, a sociedade brasileira viveu um estado de repressão permanente, com controle sobre a mídia e a educação e sistemática censura, assim como prisões arbitrárias, torturas e assassinatos. Ideologicamente todas as instituições do Estado brasileiro aplicavam a doutrina de Segurança Nacional, o que não seria diferente na FUNABEM que reforçou a prática de controle e correção, fortalecendo a característica de instituição totalizante, uma espécie de complexo correcional que “regularizaria” a situação dos “menores” dentro dos padrões “educacionais/morais”, da ordem, progresso e civismo. Dentro deste assunto o documento ressalta:

“A essas questões acrescenta-se a herança da política seguida nas últimas duas décadas, pela FUNABEM e Órgãos Estaduais, de implantação do modelo correcional-repressivo, apoiado na construção de grandes centros de internamento de crianças e adolescentes, cujos resultados negativos são públicos e notórios. De nada adianta, porém, decretar a falência do modelo convencional que se apoia na apreensão-triagem-rotulação-deportação-confinamento, de menores, tirando-os do ambiente de suas famílias, bem como do seu meio sociocultural, se na FUNABEM não se reorganizar como uma instituição que, em novo momento da história do país, tem que oferecer alternativas mais adequadas ao atendimento a crianças jovens marginalizados que sofrem os mais variados tipos de dificuldades.”⁶

Por ser o Rio de Janeiro uma das principais metrópoles do país, e manter expressiva atenção política no cenário nacional, condizente a sua importância socioeconômica, e aos graves problemas sociais de seu cotidiano, entre eles “a situação irregular dos menores”, herança enquanto capital da república, de toda infraestrutura institucional e ideológica da legislação menorista no país, terá no Projeto Rio a sua revisão programática colocada em prática. Uma das principais diretrizes desta revisão programática está à ocupação da FUNABEM como instituição regulatória através de uma ampliação na divisão da responsabilização da aplicação do novo PNBEM, como destaca na segunda parte do documento sua principal Diretriz:

Conduzir, dentro do processo de transição política a revisão da PNBEM, antes baseada no controle da sociedade pelo Estado para o desenvolvimento social democrático (...) junto ao Estado-Município-Comunidade engajar-se no apoio as ações que, ao mesmo tempo, inspirem movimentos transformadores e visem a promoção social dos beneficiários. (...) A FUNABEM quer contribuir para que o Estado e o Município assumam de vez seu papel de implementadores e executores, nos respectivos níveis, do atendimento as crianças e jovens em situação de risco. (...) A descentralização, com base na cooperação técnico -financeira, será

6 Ibidem.

norteadora da ação conjunta entre União-Estado-Município-Comunidade deixando assim a FUNABEM de ser mera repassadora de recursos para assumir seu papel de normatizadora e implementadora da Política de Bem-estar do Menor.

Neste sentido as transformações que se seguiram consolidariam o projeto de *Descentralização do Sistema de Atendimento a Menores no Estado do Rio de Janeiro* que teriam implicações nas reformas administrativas e gerenciais da FUNABEM, combinadas com o desmantelamento do agigantado Estado brasileiro após a eleição de Collor de Melo (1989).

A Descentralização do Sistema de Atendimento a Menores no Estado do Rio de Janeiro, o Projeto Rio e a fundação dos CRIAM Volta Redonda

“A descentralização do sistema de atendimento a menores responde a razões políticas, técnicas e, principalmente, humanas. Não é mais possível que se defenda sistemas concentrados e segregadores; ou que se imponha aos órgãos oficiais uma responsabilidade exclusiva, pelo destino de crianças, privadas nas suas origens, dos benefícios das políticas públicas. (...) o CRIAM é um componente tático da estratégia global de descentralização do atendimento a menores: ele operacionaliza, a nível local, toda Política Nacional do Bem-Estar do Menor. Atende diretamente, em situações emergenciais ou complexas, mas o seu principal objetivo é criar e descentralizar retaguardas através da integração de recursos, apoiada por uma política de cooperação técnica interinstitucional e um alto nível de participação comunitária.”⁷

O CRIAM de Volta Redonda foi fundado em vinte e dois de julho de 1988 em um bairro operário da cidade e nestas três décadas de existência sempre conviveu com pressões políticas higienistas para sua retirada e isolamento para qualquer outra região afastada da cidade.

Menores do CRIAM são repudiados por vereadores e comunidade

A Descentralização do Sistema de Atendimento a Menores no Estado do Rio, como proposta de integração de recursos e participação comunitária, originou os CRIAMs - Centro de Referência, Informação e Atendimento a Menores. Com finalidade de criar e descentralizar municipal e comunitária, transferindo o atendimento direto, assumido pela FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - para os municípios. Volta Redonda é um dos 15 municípios do Estado que possui o CRIAM, localizado no bairro Vila Miry. No dia 22 de julho, na sessão do Câmara Municipal, o vereador Leuzine Sérgio de Moura (PRB), usou a tribuna para denunciar irregularidades ocorridas no CRIAM. Criticando a atuação da administração da instituição que segundo ele não controla a saída dos menores, excetuando pelas redondezas do bairro usando drogas e cometendo assaltos. Afirmando, também, que a comunidade já encontra problemas de saúde nas dependências do CRIAM, e que os menores estão recebendo super tratamento para os transtornos, assim, marginais, por falta de orientação religiosa, educativa e profissional.

“Encontrava-se em casa, quando penetraram três menores correndo, um dos quais totalmente pelado, e os dois outros atrás dele, então sai para ver se era coisa legal e me veio que estava levando caiu no chão, totalmente drogado. O pequeno foi lá que o mesmo levava na mão, não continha leite, e sim leite de sapateiro. Peguei o menino e levei até ao CRIAM um dos outros deu um susto pavoroso. Chegando ao CRIAM perguntei pelo responsável e fui informado que naquele dia não tinha responsável nenhum, pois este estava viajando para Barra do Pirai. Acabei desolando que é comum não ter responsáveis presentes e que os próprios menores tomam conta dos outros.

Se que os menores distribuem maninha e não de aspeiteiro para os menores. A instalação dessa CRIAM no bairro, foi motivo de muita revolta entre os moradores, ninguém queria uma filial da FUNABEM na comunidade - denunciou o vereador Leuzine Sérgio de Moura.

Maria Cecília de Rezende Ribeiro, Coordenadora do CRIAM de Volta Redonda, diz possuir uma equipe de 12 pessoas, todas com instrução de segundo e terceiro grau, divididas em três pessoas por turno, “o que anula qualquer possibilidade das meninas ficarem sozinhas”, frisando ser proibido o uso de telefones dentro do CRIAM. “O trabalho no CRIAM é pedagógico, todo o tempo estamos com os meninos, pois desenvolvemos várias atividades, desde a manhã até a noite, como oficinas, limpezas, jardinagem, costura, escola e lazer, ritmos, cinema e programas culturais. O CRIAM não é uma prisão. Alguns meninos tem liberdade judicial para sair, outros não, em função disso, eles pedem ao menor. Mas, não há por nossa parte uma atitude repressiva, procuramos saber que história teve o menor e tentar saber o, tentamos conscientizá-los dos perigos que isso envolve. O vereador Leuzine Sérgio de Moura comparece ao CRIAM no dia do fato ocorrido e foi recebido pela Assistente Social Maria Lúcia M. de Almeida, responsável pelo plantão naquele dia. Ele se compromete a voltar aqui, mas não o faz até o momento” afirma Maria Cecília.

O QUE SÃO OS CRIAMs?

Os CRIAMs são pequenas unidades construídas pela FUNABEM para apoiar a descentralização do sistema de atendimento a menores no Estado do Rio de Janeiro, e tem como função essencial buscar a integração de recursos humanos, físicos, financeiros, públicos e privados, em apoio aos institutos, à sua família e à sua comunidade. Os CRIAMs foram planejados para atender, no máximo, a 32 menores residentes, de 12 a 18 anos, prestando atendimento diário, em circunstâncias emergenciais ou em regime intensivo. Para o trabalho diário, utilizando-se da assistência técnica e promovendo apoio financeiro às ações municipais - de iniciativa do executivo local, dos movimentos sociais.

Campos, Barra Mansa, Niterói, São Gonçalo, Nilópolis, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Volta Redonda.

O atendimento deste Emergencial é aquele atendimento imediato e necessário com apoio residencial e terapêutico, em situações irregulares, que não sejam sob medida judicial de proteção e assistência. Nestes casos, o CRIAM funciona como um ponto permanente de assistência social e recepção, com expediente diurno e noturno. Como posto de Assistência Social, fere o encaminhamento do menor e de sua família, para os “recursos integrados, institucionais ou comunitários, previamente cadastrados, ou colocar à disposição os serviços de que dispõe. Como recepção preparatória ao amparo, social e doméstico (alimentação, higiene e apoio psicológico) até que se proceda o encaminhamento definitivo do caso. Segundo Maria Cecília de Rezende Ribeiro, Coordenadora do CRIAM em Volta Redonda, a avaliação de toda a situação do menor trata-se de um estudo de caso, que define qual o melhor encaminhamento e projeto para cada menor. A FUNABEM é o último recurso quando os meninos, quando esgotadas todas as alternativas positivas e imagináveis. Estes serviços evitam que os menores aguardem encaminhamento em cadeias públicas ou delegacias de adultos e permitam a prática da comunidade, no atendimento de cada caso.

O atendimento direto em regime intensivo promove apoio residencial para a situação de separação temporária da família, determinada por circunstâncias graves que atingem o menor ou sua família. Estas situações, quando ocorrem, exigem serviços socioeducacionais. Assim, a internação de menores em CRIAMs será sempre condicionada por dois fatores: o menor que precisa de apoio especializado, intermédio-familiar ou institucional, e a comunidade não dispõe, e a necessidade de fast-lo retornar.

A FOLHA DA CIDADE
09 a 16 de dezembro
Página 3

Figura 1: “Menores do CRIAM são repudiados por vereadores e comunidade.” A Folha da Cidade. 09 à 16 de dezembro de 1989.

A escolha do bairro Vila Mury foi uma definição estratégica, pois é localizado próximo as principais áreas de pobreza e violência do município, que seriam e ainda são os bairros de grande parte dos adolescentes e suas famílias atendidas pela instituição.

Neste mesmo ano de 1988 a cidade de Volta Redonda⁸ foi palco de uma das mais poderosas greves operárias do Brasil. Os metalúrgicos ocuparam a Usina Presidente Vargas exigindo entre suas reivindicações a implantação do turno de 06 horas de trabalho. O exército invade a CSN e assassina 03 operários: William, Valmir e Barroso. A cidade por completo está mobilizada e consternada neste episódio de violência e truculência do último suspiro da ditadura militar. O enterro dos jovens operários se transforma em um protesto de milhares de moradores de toda uma cidade e o dia 09 de Novembro torna-se uma data simbólica.

Neste contexto da atmosfera grevista e de mobilização popular constituiu-se o CRIAM Volta Redonda com uma equipe de profissionais muito singular e de grande politização, envolvendo militantes e coordenadores do MNMMR (Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua), ex-operários da CSN, cada qual expressando em sua geração, o fim de um regime de exceção, com o país mergulhado em uma onda de greves, sendo Volta Redonda uma das maiores protagonistas neste sentido. Cabe destacar que Volta Redonda abrigou uma dos maiores contingentes de militantes da Teologia da Libertação, sob o comando de D. Waldir Calheiros, que através das CEB's (Comunidades Eclesiais de Base) organizavam milhares de católicos em suas pastorais sociais. Politicamente o CRIAM de Volta Redonda nasce em um momento de intensa efervescência política no Brasil e na "Cidade do Aço".



Figura 2: Missa Campal na Praça Brasil celebrada em defesa dos trabalhadores metalúrgicos em greve. 13 de Novembro de 1988. Acervo da Cúria Diocesana.

8 O Município de Volta Redonda inicia-se com a CSN, mas tem suas raízes já no século XIX através da produção cafeeira na região do Vale do Paraíba fluminense. A vila de Santo Antônio de Volta Redonda possuía uma localização privilegiada, pois estava situada entre as duas maiores cidades do país - a capital Rio de Janeiro e São Paulo, sendo favorecida pela expansão da antiga estrada Rio-São Paulo, e ainda pelo acesso fácil ao estado de Minas Gerais, por meio da linha férrea que saía de Barra Mansa. A CSN começa então a ser implantada em 1941 e em 17 de julho de 1954 o distrito passa a ser reconhecido como Município de Volta Redonda.

OS PRIMEIROS PASSOS

A finalidade inicial dos CRIAM's eram de buscar integrar recursos humanos e infraestruturais (públicos e privados) para amparar os adolescentes atendidos pela instituição, seus familiares e as comunidades de sua área de abrangência, visando extinguir o atendimento massificado e centralizado prestado nos grandes internatos administrados pela FUNABEM no Rio de Janeiro.

A característica administrativa dos CRIAM's corroborava por completo com a política de descentralização da FUNABEM. A prefeitura foi o órgão empregador dos funcionários e dava suporte no atendimento educacional, social e na manutenção da estrutura predial. O Governo Federal era quem coordenava a política nacional de atendimento e as despesas financeiras através da FUNABEM, que foi extinta e substituída pela Fundação Centro Brasileiro para a Infância (FCBIA), com as funções de coordenação, normatização e formulação de políticas (incluindo repasse de verbas), cabendo as esferas estadual e municipal a execução conforme a descentralização prescrita pelo Projeto Rio.

Meninos e Meninas nas ruas: a política de abrigo e proteção como vanguarda

Volta Redonda no final da década 1980 e durante a década e 1990 mantinha um grande número de meninos e meninas nas ruas de diversas cidades do país. A ocupação de terras na chamada "margem esquerda do Paraíba do Sul" trouxe um contingente populacional de migrantes que lutavam pela posse da terra e centenas de crianças e adolescentes que sofriam com a violência e a pobreza, em uma cidade que passava por transformações sociais profundas, agora de maneira independente, não mais enquanto "área de segurança nacional", não mais sob a tutela do Governo Federal.

Neste contexto as garantias de abrigo, proteção e cuidados às crianças foram a vanguarda em seu atendimento institucional em um panorama de crescente miséria no país.

A exclusão social no Brasil cresceu 11% entre 1980 e 2000, revertendo tendência verificada entre os anos 60 e 80, quando houve queda de 13,6%. No início dos anos 60, o país apresentava 49,3% de excluídos, passando para 42,6% em 1980 e chegando a 47,3% em 2000. Neste cenário a juventude sem emprego, sem perspectivas de vida e inserção social são vistos como um problema para a sociedade. Designados como "jovens em situação de risco social", eles são transformados no "risco social" em si, uma ameaça a ser prevenida, pela outorga da cidadania, por meios de projetos de inclusão social e de capacitação para o trabalho, geralmente de curta duração.⁹

9 POCHMANN, Márcio. AMORIM, Ricardo. SILVA, Ronnie. (Organizadores) Atlas da exclusão social no Brasil. Vol. 2. Cortez apud TOSCANO, Camilo. Exclusão social cresceu 11% no Brasil entre 1980 e 2000, revela estudo. Folha de São Paulo. 20/05/2003.

Os PETMAS como política avançada de intervenção nas comunidades

Os PETMAS (*Postos de Estudos e Triagens em Meio Aberto*) eram financiados e geridos pelo CRIAM. Era algo inovador e revolucionário na política de atendimento às crianças e adolescentes no país, pois articulava-se diretamente com as administrações municipais e suas políticas sociais, referente a identificação das comunidades mais pobres para o chamado “trabalho preventivo”. Os PETMAS ajustavam-se em um programa que priorizava os jovens pobres, moradores das periferias mais carentes do território de atendimento do CRIAM Volta Redonda, vistos então como problemas, habitantes de regiões carentes ou marginalizadas; oriundos de famílias desestruturadas e de baixa renda; que moravam ou passavam o dia na rua, vítimas de exploração, violência física e/ou psicológica.

A violência cruel dos grupos de extermínio e do tráfico de drogas

O assassinato frequente de adolescentes que eram atendidos pelo CRIAM foram fatos marcantes e recorrentes do cotidiano de violência em Volta Redonda na primeira metade da década de 1990. O estabelecimento de um grupo de extermínio na cidade atingia diretamente a instituição que passou a ser um centro de abrigo e proteção institucional assombrada pela Chacina da Candelária.



Figura 3: “Extermínio matou, este ano, sete meninos do CRIAM.” Jornal Primeira Página. Ano V. Nº 216. 24 e 25 de março de 1994.

A FUNDAÇÃO DO DEGASE E A TRANSIÇÃO PARA A ESTADUALIZAÇÃO

Em 1993, durante a gestão de Leonel Brizola foi fundado o Departamento Geral de Ações Socioeducativas, finalizando uma das principais prerrogativas do Projeto Rio, normatizadas pelo ECA, que transferia para o Estado do Rio de Janeiro, a responsabilidade de executar o cumprimento das denominadas medidas socioeducativas.

Neste período o CRIAM Volta Redonda passa por sucessivas crises financeiras que levam os trabalhadores a se mobilizarem pelo não fechamento da instituição e do retorno as garantias mínimas de atendimento as crianças, adolescentes e seus familiares.

O contexto político do país era tenso, advindo do impeachment do Presidente Fernando Collor e do início na cidade das discussões sobre as possibilidades de privatização da Companhia Siderúrgica Nacional que trouxe novamente mobilizações, passeatas e protestos.

A prefeitura de Volta Redonda governada pela Frente Popular PSB/PT apoiou por completo as mobilizações dos trabalhadores do CRIAM, fortalecendo ainda mais, a relação de “proteção” e “compromisso” com a instituição.

Criam's do Estado vão ser fechados até o final do mês

Com o fechamento da instituição de Volta Redonda cerca de 80 menores infratores ficarão sem assistência

VOLTA REDONDA - Os 16 Criam's (Centro de Recuperação Integração e Atendimento ao Menor) do Estado serão fechados até o final deste mês. A decisão foi tomada pelo CBIA (Centro Brasileiro para Infância e Adolescência) e foi informada ontem aos prefeitos de Volta Redonda, Paulo César Baltazar (PSB), e de Barra Mansa, Luiz Amaral (PSDB). A direção do centro afirmou que a medida será para possibilitar a revisão técnica e administrativa do Projeto Criam. Será reformulado ainda o apoio financeiro prestado às instituições, principalmente, com relação ao pagamento de pessoal.

Com o fechamento do Criam de Volta Redonda, pelo menos 60 famílias de 17 cidades da região, que possuam menores infratores, dei-

Padre Severino, no Rio de Janeiro.

O fechamento trará outros problemas como o desemprego de pelo menos 500 funcionários de todo o estado. Somente no município, 33 funcionários estão de aviso prévio a partir de hoje. Já em Barra Mansa, serão 29 desempregados.

DECISÕES - Na reunião de ontem, a vice-prefeita admitiu que não tem uma definição para evitar o fechamento. Ela citou que a saída poderia ser a prefeitura assumir o Criam. Esta possibilidade está sendo estudada em Campos (RJ). As primeiras propostas concretas devem surgir hoje, às 10 horas, na Alerj (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro), quando políticos, funcionários do Criam, além de representantes de entidades, se reunem em uma assembleia para discutir sobre a decisão do centro.

A prefeitura de Volta Redonda já enviou para o governo do Estado uma carta protestando contra a decisão do



Reunião: Vice-prefeita e coordenador tentam encontrar medidas para reverter situação

Medida já era esperada pelos funcionários

VOLTA REDONDA - O coordenador do Criam, Paulo Guerra, afirmou que a medida já era esperada pelos funcionários desde a última greve da categoria, ocorrida há um mês. Guerra disse, no entanto, que ficou estarecido com a agilidade do processo. Durante a greve, os funcionários reivindicavam melhores salários e protestavam contra a falta de recursos para manter a assistência aos menores. Na época o centro anunciou que estava

sem verbas para manter a instituição. Após o movimento, técnicos do CBIA visitaram todos os Criam's e questionaram o funcionamento das instituições.

A greve no Criam foi motivada, principalmente, porque os empregados não tinham sequer estoques para fazer as refeições das crianças e adolescentes. Somente depois de cerca de 24 dias parados é que o governo do Estado repassou verbas para cobrir as despesas

acumuladas há quase 60 dias. Os salários de maio estavam atrasados há mais de 30 dias.

- Ninguém entendeu nada, estamos estarecidos com a decisão do centro. Temos trabalhos importantes na região que não podem ser interrompidos. A situação é mais grave do que imaginamos, porque estamos trabalhando com menores carentes que se retornarem para casas estarão de volta às ruas - lamentou Paulo Guerra.

Figura4: “CRIAM's do Estado vão ser fechados até o final do mês. Jornal Diário do Vale. 02.09.1993.

Nos primeiros cinco anos após sua fundação, o CRIAM e seus diversos profissionais que por lá passaram foram colocados à prova na sustentabilidade e na manutenção dessa instituição que sofreu severas adversidades na transição do governo federal para a administração estadual.

Ainda em 1994 o processo de estadualização dos CRIAM's, mantém-se traumático em consonância com a política neoliberal do Governo FHC que vai de encontro com o esvaziamento dos investimentos públicos na área social. Havia pleno interesse político do governo federal em dividir este compromisso com as esferas municipais e estaduais da federação, abrindo perspectivas para a iniciativa privada serem co-participantes no financiamento institucional, afinal os CRIAM's eram centros de recursos integrados, e a integração destes recursos esboçava de maneira embrionária um dos aspectos da ideologia do Estado Mínimo que sempre irá busca no setor privado as chamadas parcerias, apoio e “divisão de responsabilidades”, com as causas sociais.

Em Volta Redonda a Força Sindical regozizava-se com a política de parceria (patrão e empregado) com a CSN já privatizada e a CUT de Vicentinho ensaiava os chamados Fóruns Tripartites (patrão, empresa e sindicato) como instrumentos de conciliação de classes.

CONCLUSÃO

Podemos analisar os CRIAM's de maneira comum, como sendo provenientes do mesmo projeto de *'Descentralização do Sistema de Atendimento a Menores no Estado do Rio de Janeiro'*, no marco de uma revisão crítica e político-administrativa da FUNABEM, mas devemos também compreender e destacar suas diferenças históricas e políticas, que foram e são imensamente plurais, no que tange a regionalidade onde cada instituição constitui-se ao longo de três décadas.

Cabe destacar que as pontuações sucintas relacionadas neste ensaio sobre a geopolítica internacional e aos tensionamentos da política brasileira, referentes ao processo de redemocratização e ao ascenso do neoliberalismo, enquanto referencial socioeconômico, do final da década de 1980 até então, trazem evidências e historicidade para explicar os avanços e seguidos retrocessos das políticas públicas para a juventude brasileira.

Neste sentido, a trajetória histórica do CRIAM de Volta Redonda, revela-se in loco, uma expressão permanente de diagnóstico das políticas públicas para a juventude do centro-sul fluminense e do país, em consonância com os flagelos sociais crônicos, de pobreza, miséria, desemprego, fome e de avanço do tráfico de drogas, com seus agravantes de violência e facções, que através de nossos jovens infratores, mantém um indicativo vivo e latente de que ainda há muito o que fazer e pouco foi feito em defesa de nossos jovens.

VARA DE FAMÍLIA E MENORES.-
COMARCA DE BARRA DO PIRAI-RJ.-

Em 17 de maio de 1990.-

OF. nº 064/VFM/90.-

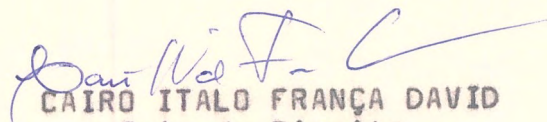
Senhor Presidente :

Tem-nos chegado notícias de que os CRIAMs estariam em vias de serem extintos, visto que estão sem condições de funcionar por diversas causas.

Tudo isso nos causa sérias apreensões porque em Barra do Pirai necessitamos demais de recorrer ao CRIAM=VR, no sentido de atender e reintegrar os menores ao convívio social.

Em Barra do Pirai, como de resto em todo o interior do Estado a maioria dos menores em situação irregular, não é computo de menores infratores e sim carentes, e, em tais hipóteses é fundamental o apoio que recebemos dos CRIAMs.

Aguardando a melhor solução no interesse dos menores, apresento a V.Ex^{sa}., os protestos de elevada estima e consideração.


CAIRO ITALO FRANÇA DAVID
- Juiz de Direito -

Ao
Ilm^o. Sr. PRESIDENTE DA FUNABEM
RIO DE JANEIRO-RJ.-

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Citada:

BRECHT, Eugen Berthold Friedrich. "A parada do Velho Novo". in Poemas (1913-1956). São Paulo: Editora 34, 2003.

POCHMANN, Márcio. AMORIM, Ricardo. SILVA, Ronnie. (Organizadores) Atlas da exclusão social no Brasil. Vol. 2. Cortez apud TOSCANO, Camilo. Exclusão social cresceu 11% no Brasil entre 1980 e 2000, revela estudo. Folha de São Paulo. 20/05/2003.

Jornais:

Jornal A Folha da Cidade. Volta Redonda. 1989.

Jornal Diário do Vale. Volta Redonda. 1993.

Jornal Primeira Página. Volta Redonda. 1994.

Figuras, Fotografias e Imagens:

Figura 1: "Menores do CRIAM são repudiados por vereadores e comunidade". Jornal A Folha da Cidade. 09 à 16 de dezembro de 1989.

Figura 2: Missa Campal na Praça Brasil celebrada em defesa dos trabalhadores metalúrgicos em greve. 13 de Novembro de 1988. Acervo da Cúria Diocesana.

Figura 3: "Extermínio matou, este ano, sete meninos do CRIAM." Jornal Primeira Página. Ano V. Nº 216. 24 e 25 de março de 1994.

Figura 4: "CRIAM's do Estado vão ser fechados até o final do mês. Jornal Diário do Vale. 02.09.1993.

Ofício Nº 064/VFM/90 ao Ilmo. Sr. Presidente da FUNABEM. Vara de Família e Menores. Comarca de Barra do Piraí. RJ.17 de maio de 1990.

Bibliografia Geral:

RIZZINI, Irene. A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente. São Paulo: Loyola, 2004.

WACQUANT, Loïc. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

Documentos:

FUNABEM (Compromisso Político e Diretrizes Técnicas) 1987/1989. Brasília: Coordenadoria de Comunicação Social, Março de 1987.

SARDINHA, Carlos Alberto Paes; MARA, Luiz Paschoal. Descentralização do Sistema de Atendimento a Menores no Estado do Rio de Janeiro. Brasília: Coordenadoria de Comunicação Social, Dezembro de 1986.

Dissertações:

SILVA, Sandra Gomes da. Prisão e extermínio: um estudo sobre as formas de controle social em tempos de barbárie. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), UFJF, Juiz de Fora, 2011.

Legislação:

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.